

## DOSSIÊ

# Território em rede: cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes

## Introdução

**Iris Kantor<sup>1</sup>**

**Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno<sup>2</sup>**

**Vera Lúcia Amaral Ferlini<sup>3</sup>**

Este dossiê coroa um trabalho de parceria interdisciplinar e interinstitucional<sup>4</sup>, envolvendo o tema da cartografia histórica. Dá continuidade à edição anterior dos *Anais do Museu Paulista – Cartografia de uma história: exercícios cartomuseográficos e releituras cosmográficas – séculos XVI e XVII* –, enfocando, agora, o papel da cartografia no processo de produção do território luso-americano no Século das Luzes.

Os ensaios e reflexões compartilham de uma perspectiva teórico-metodológica comum, que compreende a documentação cartográfica como fonte para o conhecimento histórico.

Suportes e vetores do processo de formação dos Estados Dinásticos, mapas cumpriram papel estratégico, mediando, projetando e legitimando o exercício da soberania, no reino e nas conquistas ultramarinas. Expressão dos processos de territorialização dos Estados Modernos, eles mereceram investimento permanente proveniente das Coroas européias, tanto para o aperfeiçoamento das técnicas de representação como para a formação de quadros profissionais especializados na sua feitura.

Neste dossiê, procuramos articular três dimensões relacionadas à cartografia sul-americana. A primeira delas diz respeito aos usos políticos dos mapas em negociações internacionais, faceta eminentemente projetiva e nem

1. Docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, curadora científica da exposição *Cartografia de uma história – São Paulo colonial: mapas e relatos*. E-mail: <ikantor@usp.br>.

2. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, curadora científica da exposição *Cartografia de uma história – São Paulo colonial: mapas e relatos*. E-mail: <beatrizbueno@terra.com.br>.

3. Docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, coordenadora-geral da exposição *Cartografia de uma história – São Paulo colonial: mapas e relatos*. E-mail: <veferlin@usp.br>.

4. Exitosa parceria entre professores, pesquisadores e estagiários do Museu Paulista, do Departamento de His-

tória da FFLCH, da Cátedra Jaime Cortesão e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que teve início por ocasião do preparo da exposição *Cartografia de uma História. São Paulo: mapas e relatos*, realizada no Museu Paulista entre março de 2005 e junho de 2006.

5. A inspiração do título deste módulo advém do ensaio de Vera Ferlini (2004).

6. P. Allières (1980).

7. B. Lepetit (2001).

sempre coetânea aos movimentos de ocupação e povoamento. A segunda dimensão refere-se ao processo de coleta, sistematização e elaboração de mapas, do campo ao gabinete. Por fim, uma terceira dimensão ilumina as formas de constituição e sedimentação das redes oficiais que se sobrepujaram aos espaços vividos, mapeados e previamente já ocupados.

Cada uma dessas dimensões alicerça um módulo temático. O primeiro módulo – Geopolítica e retórica nos mapas – abrange os ensaios de João Carlos Garcia e Carla Lois, de Iris Kantor, de Jorge Cintra, e de André Ferrand de Almeida. O segundo módulo – Cartografia vivenciada e produção do território –, com foco em séries cartográficas regionais, reúne os artigos de Glória Kok, Beatriz Bueno, Júnia Furtado, Maria de Fátima Costa e novamente de André Ferrand de Almeida. Explora o papel dinâmico da cartografia na lenta produção e apropriação de territórios e elucida como os mapas foram instrumentos estratégicos, enfatizando as tensões entre a razão de Estado e as realidades locais, que muitas vezes reorientaram o processo de acumulação de saberes sobre o território. O terceiro módulo – Tessitura das redes na Capitania de São Paulo: de fronteira a território<sup>5</sup> – apresenta o artigo de Vera Ferlini e outro de Beatriz Bueno, tratando do lento processo de enraizamento das redes administrativas, sua sobreposição e hierarquização. Através de exercícios de reconstituição de dados provenientes de mapas antigos, realizados em parceria com o Inpe, explora o processo de dilatação dos confins da Capitania de São Paulo.

Termo hoje polissêmico, território é um conceito de invenção recente, raro no século XVII e generalizado no Século das Luzes, concomitante ao processo de consolidação e definição das fronteiras dos Estados europeus. Em suas origens, o neologismo referia-se a um elemento constitutivo do Estado, expressão jurídica das Coroas em processo de espacialização de suas burocracias.

Partindo do princípio de que *território*<sup>6</sup> e *espaço* não são noções equivalentes, busca-se, no presente dossiê, desnaturalizar a idéia recorrente de território como algo espontâneo ou dado na natureza, e, ao contrário, sublinhar sua dimensão de artefato social.

Da vivência dos espaços à sua transformação em território, por intermédio do estudo da cartografia, os diversos artigos propiciam a visualização de um processo lento, envolvendo inúmeros atores e temporalidades distintas. A cartografia evidencia estratos de vivência e *territorialidades sociais*<sup>7</sup> anteriores à presença dos colonizadores europeus. A produção e apropriação de territórios pela rede de atores coletivos e individuais, oficiais e extraoficiais, envolveu etapas sucessivas de acúmulo e/ou dispersão de informação, que aparecem registradas nas cartas e descrições geográficas como camadas arqueológicas de vivências. Nesse sentido, a cartografia setecentista propicia ao pesquisador múltiplas linhas de investigação, desde a experiência cotidiana de devassamento dos sertões aos avatares da razão de Estado.

Se o território não é um dado da natureza, mas precisa ser construído socialmente, em mundos novos isso significou complexas formas de interação entre os saberes indígenas e os europeus. Um fenômeno singular de *apropriação*

*cultural*<sup>8</sup> de territorialidades nativas<sup>9</sup>, de conhecimento e tradução de um saber em outro, de afinação de repertórios para construção de um denominador comum. Diversos documentos representam esse lento processo de *intercurso cultural*<sup>10</sup>, de fertilização mútua. Por intermédio da documentação cartográfica, desenha-se uma ponte entre o saber local e os desígnios da razão de Estado, interesses nem sempre harmônicos e, na maioria das vezes, tensos. Síntese dessa conjugação de linguagens e *territorialidades sociais*, os mapas vertebram o conhecimento sobre o espaço, dando corporeidade ao território. Decantam, selecionam, recortam, nomeiam uma natureza descontínua e ilimitada, apropriando-se dela e dando-lhe tangibilidade. O estudo dos topônimos exemplifica uma dimensão deste peculiar *intercurso cultural* supracitado. A toponímia é indígena, mas dada pelo dominador, representando as interações entre um e outro. Há na língua indígena um atributo geográfico que expressa o caráter do lugar, mas é através dos mapas do colonizador que se faz inteligível e estrategicamente eficaz para orientar a interiorização e consolidação das fronteiras de territórios coloniais em construção.

Nesse quadro, a cartografia ibérica, majoritariamente manuscrita, presta-se de maneira modelar a uma leitura processual, transversal, diassincrônica do espaço. Diferentemente da cartografia impressa, que cristaliza momentos para divulgá-los em larga escala, a tradição ibérica, sigilosa e manuscrita, levou à não estabilização da informação, espécie de trabalho constantemente em andamento (*work in progress*). O caráter manuscrito da cartografia ibero-americana propicia o deslocamento das tópicas espaciais, comumente mais cristalizadas em mapas impressos.

A serialização dos mapas revela o processo de devassamento e construção de contiguidades geográficas, onde o caráter “de arquipélago” da colonização é superado por uma visão de conjunto. Só na cartografia a América portuguesa se torna apreensível como realidade geográfica e jurídica. Mapas têm, portanto, papel fundamental na produção de uma territorialidade única, contínua e homogênea. Como pesquisadores, temos, hoje, posição privilegiada para observar e desconstruir essas memórias espaciais herdadas.

## REFERÊNCIAS

ALLIÈS, P. *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

CERTEAU, M. *Invenção do cotidiano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERLINI, V. São Paulo, de fronteira a território: uma capitania dos novos tempos. In: ANTUNES, Ermelinda (cur.). *Laboratório do mundo*. Idéias e saberes do século XVIII. Catálogo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2004. p. 18-23.

HOLANDA, S. B. de. Movimentos de população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966.

Annals of Museu Paulista. v. 17. n.2. July - Dec. 2009.

8. M. Certeau (1994).

9. S. B. de Holanda (1966; 1994).

10. F. Novais (1997).

\_\_\_\_\_. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana* [Seleção de textos, revisão crítica e apresentação de Heliana Angotti Salgueiro]. São Paulo: Edusp, 2001.

NOVAIS, F. Condições de privacidade na Colônia. In: SOUZA, L. de M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.